



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 56/XIV/ 2.ª SL

Aos 03 dias do mês de março de 2021, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato Misto (Presencial e Videoconferência)

1. Informações;
2. Apreciação e votação das atas n.ºs 53 e 54, de 23 e 24 de fevereiro;
3. Discussão e votação do texto final relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 253/XIV (PCP), 256/XIV (IL), 282/XIV (CDS-PP), 284/XIV (CDS-PP), 291/XIV (BE) e 304/XIV (PSD), sobre cuidados paliativos e reforço da Rede de Cuidados Paliativos;
4. Admissão e distribuição da Petição n.º 200/XIV/2.ª - «Acesso imediato ao Kaftrio® para pacientes com Fibrose Quística em Portugal»;
5. Outros assuntos.

10:30 HORAS

Audição, por videoconferência, do Presidente da ARS Alentejo, a requerimento do PCP e BE, para esclarecimentos sobre o processo de atribuição do Hospital de Serpa à Misericórdia e a situação deste Hospital.

11:30 HORAS

Audição, por videoconferência, do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, a requerimento do PCP e BE, para esclarecimentos sobre o processo de atribuição do Hospital de Serpa à Misericórdia e a situação deste Hospital.

1. Informações

A Presidente começou por informar que aplicação informática da AR, recentemente renovada, tem tido alguns problemas. Por exemplo, relativamente às iniciativas que são substituídas, tem acontecido que os textos que constam da aplicação são os originais e não os novos, tendo sido o que aconteceu com os PJRs do CDS-PP sobre cuidados paliativos (que o CDS-PP substituiu), que constam do mapa comparativo enviado com os documentos da reunião de hoje, mapa que teve de ser reformulado e foi enviado de novo as Deputados com as correções. A propósito de Projetos de Resolução, referiu que, para ser possível chegar a um texto único em Comissão, quando estamos na especialidade de vários PJR sobre a mesma matéria (6 no caso dos cuidados paliativos, 8 no caso da saúde mental) é necessário que, previamente, os Grupos Parlamentares



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 56/XIV/ 2.ª SL

e DURPs tenham chegado a um consenso quanto ao texto único que irá ser discutido e votado em Comissão. Foi esse o procedimento adotado, com grande sucesso, no conjunto de PJRs sobre os cuidados de saúde primários e o acompanhamento da grávida, o mesmo devendo acontecer com todos os outros conjuntos de PJR na especialidade que baixaram à Comissão. Deu nota que a Santa Casa da Misericórdia de Serpa, cuja audição foi requerida pelo BE, que foi convocada para audição conjunta com a Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, enviou um email a dar conta que entendia que «*está devidamente representada na referida audiência pelos parceiros que convidaram a Misericórdia de Serpa para assumir a gestão partilhada do Hospital de S. Paulo*», pelo que não irá comparecer. Por fim, solicitou aos Deputados que indicassem as prioridades na realização das audições, sendo necessário saber quais as audições que serão realizadas nas próximas reuniões e informou que para dia 10 estão já confirmadas, para audiência, sobre o tema da obesidade, a SPEO (Sociedade Portuguesa para o Estudo da Obesidade) e a ADEXO (Associação de Doentes Obesos e Ex-Obesos de Portugal), bem como a discussão de um PJR do CDS-PP sobre o mesmo tema.

2. Apreciação e votação das atas n.ºs 53 e 54, de 23 e 24 de fevereiro

As atas n.ºs 53 e 54, de 23 e 24 de fevereiro, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do CH.

3. Discussão e votação do texto final relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 253/XIV (PCP), 256/XIV (IL), 282/XIV (CDS-PP), 284/XIV (CDS-PP), 291/XIV (BE) e 304/XIV (PSD), sobre cuidados paliativos e reforço da Rede de Cuidados Paliativos

O Deputado João Dias manifestou a sua disponibilidade para elaborar um texto único relativo aos textos dos projetos de resolução, pelo que este ponto ficou adiado para a próxima reunião, com a concordância de todos.

As Deputadas Anabela Rodrigues e Ana Rita Bessa agradeceram a disponibilidade do Deputado João Dias, pois de facto, face ao elevado número de projetos de resolução, a melhor metodologia é chegar a um texto comum para ser discutido e votado em Comissão.

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 56/XIV/ 2.ª SL

4. Admissão e distribuição da Petição n.º 200/XIV/2.ª - «Acesso imediato ao Kaftrio® para pacientes com Fibrose Quística em Portugal»

A Deputada Sónia Fertuzinhos manifestou o interesse do Grupo Parlamentar do PS em que lhe fosse distribuída esta Petição. A Presidente deu nota que, de acordo com a grelha de distribuição, a Petição cabe ao PSD. O Deputado António Maló de Abreu informou que o PSD ficaria com a Petição, tendo indicado a Deputada Cláudia Bento como Deputada Relatora.

5. Outros assuntos

Tal como ficou consensualizado, o texto de substituição relativo aos atestados multiuso voltou à reunião de hoje, tendo previamente sido distribuído a todos os Deputados. Não foi suscitada, pelos Deputados presentes, qualquer questão relativamente ao texto, tendo o BE, o PAN e o PCP informado que retiravam as suas iniciativas a favor do texto de substituição.

Foi fixada a redação final do texto relativo ao projeto de resolução n.º 775/XIV/2.ª (PCP), bem como a redação final do texto relativo aos projetos de resolução n.ºs [622/XIV/1.ª \(PAN\)](#), [626/XIV/1.ª \(IL\)](#), [635/XIV/2.ª \(NiCR\)](#) e [636/XIV/2.ª \(BE\)](#), ambos com as sugestões da DAPLEN. Este último foi fixado, mas condicionado à não oposição dos Deputados autores de iniciativas sem assento na Comissão de Saúde, que irão ser consultados.

O Deputado Álvaro Almeida requereu que fosse solicitada ao PAR a redistribuição, à 10.ª Comissão, do Projeto de Resolução n.º 955/XIV/2.ª (PSD), que baixou à Comissão de Saúde, mas cuja matéria cabe àquela Comissão, não tendo sido manifestada qualquer oposição a esta solicitação.

Audição, por videoconferência, do Presidente da ARS Alentejo, a requerimento do PCP e BE, para esclarecimentos sobre o processo de atribuição do Hospital de Serpa à Misericórdia e a situação deste Hospital.

A Presidente saudou o Dr. José Robalo e deu, de seguida, a palavra ao Deputado João Dias, que apresentou o [requerimento do PCP](#) e questionou o Presidente da ARS Alentejo sobre quais as medidas que foram tomadas em relação ao funcionamento do serviço de urgência do Hospital de Serpa, que foi atribuído à Misericórdia de Serpa,



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 56/XIV/ 2.ª SL

tendo sido comunicado à população que funcionaria sob chamada e, mais tarde, feito o anúncio de encerramento por tempo indeterminado.

O Dr. José Robalo deu nota que o serviço de urgência encerrou durante uma semana na sequência de um surto de Covid-19, por não ser possível manter o serviço a funcionar em segurança. No que concerne ao funcionamento noturno do serviço de urgência, foi dada nota do baixo número de pessoas que a ele recorre e que a alteração ao seu funcionamento foi a porta estar fechada e ser necessário tocar à campainha.

O Deputado Moisés Ferreira lamentou o facto de a Santa Casa da Misericórdia não ter vindo a esta Comissão, apesar de ter sido requerida a sua audição. Apresentou o [requerimento do BE](#) e questionou o Dr. José Robalo sobre conteúdo da adenda ao contrato de concessão do Hospital de Serpa à Misericórdia de Serpa, sobre a necessidade de tocar à campainha para se aceder às urgência, nomeadamente, onde estão os profissionais, e se foram afetos profissionais de saúde por parte da ULSBA.

O Dr. José Robalo referiu que, em relação à Adenda, se acrescentaram mais consultas de especialidades e mais atividades com interesse especial para a ULSBA e deu nota de como funcionam as transferências de utentes. No que concerne ao serviço de atendimento do serviço urgente, referiu que tem indicação que funciona com os profissionais presentes.

A Deputada Telma Guerreiro recordou o objetivo deste acordo de concessão, nomeadamente mais e melhores serviços de saúde à comunidade de Serpa e questionou o Dr. José Robalo sobre o número de requisições de serviço, antes e depois do acordo, sobre a sustentabilidade do acordo, sobre o bloco operatório e sobre se os pressupostos que levaram a este acordo se cumpriram.

O Deputado Álvaro Almeida perguntou se, neste momento, a urgência está a funcionar, se o acordo foi incumprido pela Misericórdia de Serpa, sobre o conteúdo do acordo no que toca à remuneração pelo atendimento e não pela disponibilidade, sobre o número de serviços existente atualmente e qual o custo desses serviços, por estarem a ser prestados pela Misericórdia, e sobre o sistema de referenciação.

A Deputada Ana Rita Bessa perguntou se o funcionamento do serviço de urgência mediante chamada se deveu a falta de recursos humanos e quais são os que existem, se a ARS devia ter sido avisada sobre essa limitação das urgências, se teria acontecido o mesmo se o hospital não fosse gerido por uma Misericórdia e sobre a redução das referenciações.

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 56/XIV/ 2.ª SL

O Dr. José Robalo deu nota da atividade que existia antes e depois do acordo, dizendo que o acordo foi de difícil implementação, que existe uma complementaridade entre a USLBA que a adenda ajustou. Referiu que houve uma tentativa de implementar um bloco operatório nas antigas instalações do hospital, mas, por questões de património, não foi possível, mas que a Misericórdia já procedeu a um investimento para a implementação do bloco operatório. Referiu que a resposta caminha para a sua sustentabilidade, mas ainda há algum caminho para percorrer, mencionou o estudo custo-benefício que foi feito para sustentar o acordo, explicou a forma de pagamento à Misericórdia e o sistema de referenciação.

Na segunda ronda, solicitaram esclarecimentos adicionais os Deputados Telma Guerreiro, Álvaro Almeida, Moisés Ferreira e João Dias, que foram prestados pelo Dr. José Robalo.

Audição, por videoconferência, do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, a requerimento do PCP e BE, para esclarecimentos sobre o processo de atribuição do Hospital de Serpa à Misericórdia e a situação deste Hospital.

A Presidente saudou a Dra. Conceição Margalha e Dr. José Aníbal e deu, de seguida, a palavra ao Deputado João Dias, que apresentou o [requerimento do PCP](#) e questionou o Presidente da ULSBA sobre se foi informada da decisão da Misericórdia de encerrar o serviço de urgência, se a solução de atendimento tocando na campanha é adequada, sobre a resposta que a ULSBA defende para a comunidade de Serpa e se o acordo é vantajoso para a ULSBA, tendo em conta os acontecimentos que têm ocorrido.

A Dra. Conceição Margalha deu nota de que quando chegou à ULSBA existia um litígio grande entre esta Unidade e a Misericórdia de Serpa, referiu que foi feito um estudo no qual foram identificadas as especialidade com mais listas de espera, tendo existido disponibilidade da Santa Casa da Misericórdia para discutir o acordo, bem como o sistema de referenciação, tendo esta cooperação levado a que os procedimentos fossem melhorados. Referiu que a ULSBA não teve conhecimento da colocação da campanha.

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o [requerimento do BE](#) e questionou a Dra. Conceição Margalha sobre a manutenção do sistema da campanha por parte da Misericórdia de Serpa, se a USLBA tem conhecimento sobre se os profissionais estão em permanência no Hospital, se a adenda está a ser cumprida por parte da Santa Casa



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 56/XIV/ 2.ª SL

da Misericórdia e se nas referenciações e nas convenções a USLBA está a ter mais despesas. A Dra. Conceição Margalha referiu que tem de estar alguém presente para fazer a inscrição no serviço de urgência. No que concerne à adenda, os valores são os que estavam previstos, as consultas estão abaixo do previsto, as referenciações e as cirurgias não foram garantidas, porque a Santa Casa ainda está a construir o bloco operatório. Deu nota da menor procura dos utentes, por falta de referenciação, o que levou a uma quebra de produção.

A Deputada Telma Guerreiro questionou a Dra. Conceição Margalha sobre o que está a ser feito para que o acordo se consolide, que esforços estão a ser desenvolvidos para se aumentarem as referenciações e sobre a importância do novo bloco operatório.

O Deputado Álvaro Almeida perguntou se o acordo refere requisitos a nível de pessoal, questionando sobre o cumprimento ou eventual incumprimento do acordo de cooperação e também sobre o modelo de referenciação.

A Dra. Conceição Margalha disse que a referenciação foi agilizada em diversas especialidades, referiu que o que está no acordo é a manutenção do serviço que existia e deu nota do funcionamento do serviço de urgência.

Na segunda ronda, solicitaram esclarecimentos adicionais os Deputados Álvaro Almeida e João Dias que foram prestados pela Dra. Conceição Margalha.

A Presidente encerrou a reunião às 12:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo ser consultada a sua gravação neste [link](#).

Palácio de São Bento, 5 de março de 2021.

A PRESIDENTE


(MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS)



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 56/XIV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Rodrigues (PS)
Bruno Aragão (PS)
Cristina Jesus (PS)
Hortense Martins (PS)
Joana Lima (PS)
Maria Antónia De Almeida Santos (PS)
Sónia Fertuzinhos (PS)
Susana Amador (PS)
Susana Correia (PS)
Telma Guerreiro (PS)
Alberto Machado (PSD)
Álvaro Almeida (PSD)
António Maló De Abreu (PSD)
Cláudia Bento (PSD)
Pedro Alves (PSD)
Ricardo Baptista Leite (PSD)
Rui Cristina (PSD)
Sandra Pereira (PSD)
José Manuel Pureza (BE)
Moisés Ferreira (BE)
Ana Rita Bessa (CDS-PP)
Bebiana Cunha (PAN)
André Ventura (CH)
Luís Soares (PS)
Marta Freitas (PS)
Fernanda Velez (PSD)
Helga Correia (PSD)
João Dias (PCP)
Emília Cerqueira (PSD)
João Cotrim De Figueiredo (IL)

Faltou a seguinte Senhora Deputada:

Paula Santos (PCP)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:
